



COM 637 HECTARES ENTRE O PARK WAY E O GAMA, O SETOR CATETINHO É PRIORITÁRIO PARA ENTIDADES QUE LUTAM POR NOVAS ÁREAS HABITACIONAIS NO DF

Pdot exclui Catetinho

GIZELLA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Na área de 637 hectares, nascem cursos d'água que formam a Bacia do Paranoá e abastecem o Gama e o Park Way. O local é uma Área de Proteção de Mananciais (APM), ponto de recarga do lençol freático. Está dentro de duas unidades de conservação: as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Gama Cabeça-de-Veado e do Planalto Central. Mesmo assim, famílias de classes média e baixa sonham em erguer casas na região, entre o Park Way e o Gama. O desejo foi incentivado durante anos pelo governo, que anunciou um novo bairro para o local. A criação do Setor Habitacional Catetinho, porém, vai ser protelada e pode não se tornar realidade. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) reavalia a viabilidade de ocupar terreno ambientalmente tão sensível.

Os técnicos da Seduma concluíram os estudos técnicos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot), documento que estabelece as regras de ordenamento urbano e uso do solo, e o Catetinho ficou de fora. O plano prevê a oferta de 13 novas setores para moradia, onde 240 mil brasilienses serão assentados (veja quadro), mas não faz menção ao setor habitacional que foi prioridade do governo durante os últimos quatro anos. As restrições ambientais emperram a criação do setor. A equipe da Seduma ainda estuda como erguer casas e pavimentar ruas na área sem degradar o meio ambiente.

O projeto urbanístico do Catetinho, elaborado pelo governo passado, previa a divisão da gleba

EXPANSÃO

Setores	Localização	Moradores
Noroeste	Plano Piloto	40 mil
Taquari, etapa 2	Lago Norte	6 mil
Taquari, etapa 3	Lago Norte	1,2 mil
Habitacional Dom Bosco	Lago Sul	7 mil
Jockey Clube	Guará	40 mil
Riacho Fundo II, etapa 3	Riacho Fundo	20 mil
ADE Estrutural	Taguatinga	*
Expansão do Paranoá	Paranoá	20 mil
Jardim Botânico, etapa 3	São Sebastião	5 mil
Mangueiral (Vila Militar)	São Sebastião	30 mil
Nacional	São Sebastião	2 mil
Crixá	São Sebastião	6,5 mil
Meireles	Santa Maria	60 mil

* Destinada a assentar parte dos moradores de Vicente Pires que ocupam Áreas de Preservação Permanente (APP). O número de famílias que deverão ser removidas ainda não foi definido

em 4.119 lotes residenciais de 500 metros quadrados. A estimativa era que 40 mil pessoas morassem no local. O setor teria também prédios de apartamento e condomínios fechados, além de edifícios comerciais. Inicialmente, o bairro seria para famílias de classe média, mas, em 2005, o então governador Joaquim Roriz prometeu destinar um percentual da região às cooperativas.

Estudo ambiental

No último dia 20, o governador José Roberto Arruda refez a promessa. Em uma reunião do Fórum das Entidades Habitacionais do DF, afirmou, diante de 4 mil pessoas, que o Catetinho seria voltado para famílias de baixa renda. Mas, de acordo com o secretário Cássio Taniguchi, os problemas ambientais

tais da área são fatores limitadores para a ocupação urbana. "Já foram feitos dois projetos urbanísticos. No primeiro, a ocupação era muito intensa e ele foi barrado pelo pessoal do meio ambiente. O outro prevê uma ocupação menor, porém mais concentrada. Ainda assim, pode ser questionado ambientalmente. Precisamos fazer um terceiro projeto para ocupar a área", contou.

O Ribeirão do Gama nasce na gleba do setor habitacional e é fonte de captação de água da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) para o abastecimento do Park Way e do Gama. De acordo com a geógrafa Mônica Veríssimo, do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e professora da Universidade de Brasília (UnB), a área não pode se

transformar em urbana. "Se isso acontecer, vai comprometer seriamente o meio ambiente da região. Ainda mais com essa densidade alta de 40 mil habitantes. O córrego que nasce ali já chega ao Park Way assoreado e é a cabeceira da captação da Caesb", afirma.

Além disso, de acordo com a especialista, o surgimento de um setor habitacional em uma APM contraria a Lei Distrital Complementar nº 17/97. A lei estabelece que a APM é uma área especial de proteção por apresentar fragilidade ambiental. Por isso, é vedado o parcelamento urbano e rural na região. "A lei é clara. O governo precisa estabelecer critérios mais rígidos de ocupação no DF", critica Mônica. O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Francisco Palhares, é mais flexível. "É uma área com uma série de restrições, mas é possível ocupá-la desde que se cumpram as exigências ambientais", analisa.

"É preciso adotar um sistema de drenagem pluvial requintado para garantir a recarga do lençol freático, o que custa caro", ressalta.

Mesmo com as restrições ambientais, as entidades de luta por moradia pressionam o governo. Segundo elas, o Catetinho é uma prioridade. "Fala-se da questão ambiental só para sensibilizar todo mundo. Mas a gente sabe que é possível conjugar o problema e as moradias. O Catetinho vai ser o endereço definitivo de famílias que esperam um lugar para morar", afirma Léo Rezende, da Coalizão pela Moradia Popular. "O governo prometeu entregar 25 mil novas unidades até o fim do ano. Só o Catetinho resolveria boa parte do problema", diz.

Licitação de áreas vazias

Antes da criação dos 13 setores habitacionais previstos no Pdot, outras áreas de expansão urbana serão ocupadas. Dentro de duas semanas o governo pretende licitar espaços vazios em Ceilândia e Samambaia, com infra-estrutura pronta, onde serão construídos 7 mil apartamentos para famílias que ganham até R\$ 4,9 mil (12 salários mínimos). Além disso, o GDF está em processo de credenciamento no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do Ministério das Cidades, que beneficia famílias com renda de até três salários mínimos. A idéia é liberar áreas para a construção de oito mil apartamentos de até R\$ 27 mil.

Os novos setores habitacio-

nais vão beneficiar pessoas como Armando Ferreira Ribeiro, 42 anos. Nascido em Brasília, ele mora com os dois filhos e a mulher, grávida de nove meses, em uma casa de dois quartos, sala, cozinha e banheiro no Recanto das Emas. Paga R\$ 300 todo mês de aluguel pelo imóvel e não consegue comprar a casa própria. "Estamos vivendo com a graça de Deus", diz Armando, que está desempregado desde dezembro e conta com ajuda de amigos e familiares para pagar todas as despesas.

Há 20 anos ele se inscreveu nos programas habitacionais do governo, mas nunca foi contemplado. Paga aluguel desde quando saiu da casa dos pais, aos 22 anos, e se ins-

creveu em uma cooperativa habitacional há oito meses. "É triste saber que gente que chegou em Brasília há pouco tempo ganhou um lote e eu, filho da cidade, nunca ganhei nada", lamenta-se. Por diversas



ARMANDO RIBEIRO, DESEMPEREGADO, LAMENTA: "NUNCA GANHEI NADA"

vezes, Armando foi convidado a participar de invasões, mas sempre optou por seguir a lei. "Talvez se eu tivesse me aventurado nas invasões, teria sido contemplado. Quem faz o certo acaba prejudicado."